



# CONSTEYNNOS IX ROYO Y IMPERAD

A.S. 277

\*\*\*\*\*

No.1 de 2021

Um Ato Relacionado ao Guia de Nosso Governo e à Codificação de  
Nossos Precedentes.

*Sanção concedida no dia 12 de janeiro de 2021*

*Emendado no dia 12 de outubro de 2024*



SARHOLM



Maya seo donir plisir eun Seito Majis Imperial y Stefanica, pur Seito Majis y pul y pur tel consei y sazion eui tel Parlamente eui tel Rozirre, comaria tel segeoare:

### 1. Preâmbulo

Considerando que a necessidade de gerenciar, chicotear e controlar a Câmara dos Comuns, bem como a Assembleia dos Pares, é evidentemente necessária, com os primeiros ministros anteriores da Coroa sendo incapazes de controlar seus membros de forma eficaz, o Ato Novo de Orientação do Governo implementará medidas e poderes dados ao Primeiro-Ministro para controlar efetivamente as alavancas do Governo.

### 2. Estabelecimento de Gabinetes de Oradores

Uma organização oficial conjunta será criada dentro da Câmara dos Comuns e da Assembleia dos Pares, conhecida como Gabinetes dos Oradores ou, informalmente, Gabinetes dos Oradores. Essa organização será liderada pelo Speaker e pelo Lorde-Orador (Falarizo e Lorde-Falarizo) e será responsável pela disciplina dentro da Câmara dos Comuns e da Assembleia dos Pares. Essa instituição será composta por funcionários públicos do Serviço Civil, mas também por Membros do Parlamento e Pares que desempenham uma função secundária, conhecidos como Oradores Adjuntos ou Assistentes Parlamentares do Orador (SPAs). O Serviço do Orador será legalmente obrigado a seguir o Ato como um árbitro parlamentar.

Os Oradores estão encarregados de emitir e determinar as Sanções Parlamentares. Qualquer membro do Parlamento ou Par que desobedecer às Ordens Permanentes ou violar o que o Speaker considera um privilégio pode receber uma Sanção Parlamentar, de acordo com a justiça e com o Guia do Orador, escrito, emitido e atualizado pelo Conselho Privado. Essas sanções podem variar de denúncias leves a penas de prisão ou multas de Saros.

### 3. Abertura dos Parlamentos

Todos os governos recém-eleitos devem realizar os procedimentos abaixo dentro dos respectivos prazos:

- a) Todos os membros do Parlamento devem prestar juramento ao Rozirre, ao Lorde-Presidente do Conselho Privado ou ao Escriurário do Conselho Privado, a um juiz da Suprema Corte ou a um representante do Rozirre após sua vitória eleitoral, na primeira reunião parlamentar da sessão. Os membros que não comparecerem e não fizerem o juramento serão obrigados a fazê-lo pessoalmente pelo Orador da Câmara dos Comuns antes mesmo de poderem entrar na Câmara.
- b) O líder do partido com o maior número de assentos deve se reunir com Sua Majestade Imperial, o Imperador, em uma reunião de CV ou pessoal após a vitória, e concordar com um cronograma de uma hora por semana para que os dois se encontrem e discutam legislação e diplomacia no Palácio Stenhammer ou Leda.
- c) O Primeiro-Ministro e seu partido devem convocar todo o Parlamento para um Discurso do Trono no prazo máximo de seis dias após a vitória eleitoral, ou mais tarde, se receberem permissão especial. Esse discurso deve ser escrito pelo Primeiro-Ministro e pelo Gabinete.
- d) O Primeiro-Ministro deve, em sua primeira sessão parlamentar (após o Imperador ter feito seu Discurso do Trono), propor seu orçamento para ser votado. Se o orçamento não for aprovado, todo o Gabinete se demitirá, inclusive o Primeiro-Ministro, e um novo membro do Parlamento será escolhido pelo Imperador para formar um governo no partido majoritário.

#### 4. Gabinete

Não há limites de ministérios ou ministros que o Primeiro-Ministro possa indicar para o Gabinete, depois que todos os portfólios necessários forem distribuídos. A qualquer momento, o Primeiro-Ministro pode indicar um indivíduo para um portfólio conhecido como Ministro de Estado. Um Ministro de Estado é um Ministro que pode estar encarregado de uma tarefa, meta ou área específica do governo, mas não possui uma equipe do Serviço Civil para ajudá-lo. O Primeiro-Ministro também pode nomear indivíduos como Ministro sem Pasta, o que significa que eles não possuem cargo oficial, tarefa ou área de governo, mas têm o direito de participar do Gabinete e dar conselhos. Os dez ministérios que possuem uma equipe do Serviço Civil são:

- a) Ministro das Relações Exteriores, (Corpo Diplomático de Sua Majestade Imperial)
- b) Ministro das Finanças (Ministério das Finanças de Sua Majestade Imperial)
- c) Ministro do Desenvolvimento (Ministério do Desenvolvimento de Sua Majestade Imperial)
- d) Ministro da Tradição e Cultura (Ministério da Cultura de Sua Majestade Imperial)
- e) Ministro da Defesa, (Ministério da Defesa de Sua Majestade Imperial)
- f) Ministro das Colônias e da Commonwealth (Corpo da Commonwealth de Sua Majestade Imperial)
- g) Ministro do Serviço Público (Ministério de Obras Públicas e Serviços Governamentais)
- h) Ministro da Educação (Ministério da Educação de Sua Majestade Imperial)
- i) Presidente do Conselho do Tesouro (Conselho do Tesouro de Sua Majestade Imperial)
- j) E o Ministro da Justiça (Ministério da Justiça de Sua Majestade Imperial)

Alguns ministérios não podem ser compartilhados com outros cargos. O Ministro da Fazenda não pode ser também o Presidente do Conselho do Tesouro. O Primeiro-Ministro não pode ser o Ministro da Justiça. O Ministro da Defesa não pode ser o Marechal do Império. Um ministro não precisa ser eleito, mas não pode comparecer ao Parlamento nem votar. Dessa forma, os ministros podem ser pares.

#### 5. Memorandos e Documentos

O governo pode encomendar uma série de documentos, informalmente conhecidos como Papéis Colorados. Esses documentos são nomes para diferentes tipos de documentos que realizam diferentes tarefas. Um Papel Branco é um documento oficial, aprovado pelo Conselho Privado (geralmente o Gabinete), que é publicado no Parlamento para que todos possam ler. É um tipo de relatório, por exemplo, que informa detalhes, como estatísticas, ou se o exército está indo bem ou mal. Os Papéis Brancos também costumam oferecer soluções para os problemas encontrados em seus relatórios. Um Papel Verde é um documento oficial que qualquer parlamentar ou par pode escrever, discutindo um problema para o qual deseja chamar a atenção. O Papel Verde é mais um documento persuasivo que tenta recomendar opções para um problema. Um Papel Azul é um documento oficial, que pode ser redigido por qualquer membro do parlamento ou par (mas geralmente por ordem do governo), que discute política externa ou diplomacia com outra guilda e examina e explica possíveis oportunidades para melhorar as relações.

#### 6. Requisitos para o Debate Legislativo

Para garantir que toda a legislação seja adequadamente lida, debatida e compreendida por todos, o Ato do Guia do Governo determinará que toda a legislação, com exceção de projetos de lei de dinheiro, como o orçamento, tenha um requisito mínimo de debate antes

de poder ser votada na Terceira Leitura. Todos os projetos de lei devem atender a um dos seguintes critérios:

- a) Não menos que 300 mensagens sobre a legislação no Comitê alocado; e
- b) Mais de 5 perguntas feitas sobre a legislação na Câmara dos Comuns ao patrocinador da legislação ou a seu representante.